

**ASPECTOS DAS COMUNIDADES DISPOSTAS AO LONGO DA RODOVIA
CÁCERES - BRASIL A SAN IGNÁCIO DE VELASCO – BOLÍVIA**

MARIA APARECIDA NUNES, Licenciada em Geografia - UFMT/ICHS, e-mail
mariah_nun@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho busca discutir o processo de integração regional, diante das atuais necessidades de fortalecimento da economia local frente às relações econômicas de abrangência mundial. Este processo de integração tem sido intensificado por parte do governo brasileiro, particularmente, após a implantação do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, a mais bem sucedida tentativa de integração econômica da América do Sul. Nesse contexto, Mato Grosso, pela sua posição geográfica, no centro sul-americano, e pela extensa fronteira que possui com o leste da Bolívia, assume papel relevante no processo de integração sul-americana. Além de sua posição estratégica, Mato Grosso, dado o seu destaque nas exportações do setor agropecuário nacional, tem interesse em ampliar as relações comerciais em direção aos portos do Pacífico, contribuindo para o fortalecimento dos mercados regionais. Neste processo, a Bolívia, também, destaca-se como território privilegiado, pois, é cortada de leste a oeste pela rodovia bioceânica. O presente estudo foi desenvolvido a partir de informações bibliográficas diversas, referentes ao tema proposto, dando ênfase às obras e dados oficiais dos países pesquisados, IBGE no Brasil e INE na Bolívia e em publicações de análises regionais, além do apoio de observações de campo. O embasamento teórico acompanhou todas as etapas do trabalho. Além da atuação dos acordos institucionais, constata-se que as relações na fronteira brasileira e boliviana são estabelecidas, também, sem a presença efetiva do Estado para normatizar o processo cotidiano das relações, as quais são estabelecidas tanto nas esferas econômicas como nas trocas sociais e culturais, evidenciando, assim, a porosidade que as fronteiras apresentam. É nesse sentido que o trabalho buscou e discutiu dados relativos às comunidades dispostas ao longo da rodovia bioceânica, especificamente, no trecho entre a cidade de Cáceres em Mato Grosso até o município de San Ignacio de Velasco, na província de Velasco na Bolívia.

Palavras-chave: integração regional; comunidade; rodovia;

Introdução

A integração sul-americana foi fortemente alavancada a partir do estabelecimento do Tratado de Assunção, na década de 1990. Desde o ideário de integração da América Latina de Simom Bolívar e das inúmeras tentativas desse processo, a exemplo da ALALC ainda na década de 60 do século XX, e posteriormente o ALADI em substituição a ALALC, entre outros, figura o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, como o maior exemplo de sucesso de bloco econômico regional. Situação que reafirma a necessidade de configuração de novos cenários regionais para fazer frente ao processo global.

É nessa perspectiva de integração, que, caminha o Brasil e a Bolívia, a princípio através de acordos bilaterais e multilaterais, iniciados na década de 1930, que, seguiu nos anos seguintes, como, o acordo comercial denominado de *Roboré*, que continua em vigor até os dias atuais.

No contexto contemporâneo, o Brasil e a Bolívia, mantêm o mesmo acordo comercial de forma institucional, como, a exploração e exportação do gás natural boliviano, pelo mercado brasileiro. A presença da Estatal brasileira Petrobrás em território boliviano para a extração de petróleo e gás natural e, também para o refino desses produtos, sendo que, essa empresa e suas subsidiárias geram 25% do PIB desse país. Considera-se nesse bojo, também, os empregos implementados pela operação da Petrobrás em território boliviano. Outro exemplo, de ação institucional do Brasil, em território boliviano, está na presença do Instituto de Defesa Agropecuária - INDEA, nos municípios fronteiriços, que, tem como meta, estabelecer um cinturão de segurança sanitária na fronteira. Todos estes acordos são estabelecidos nas esferas governamentais dos países citados.

Na fronteira do Estado de Mato Grosso no Brasil, com o Departamento de Santa Cruz na Bolívia, além da atuação intensa desses acordos institucionais, as relações são estabelecidos, também, sem a presença efetiva do Estado em normatizar o processo cotidiano de integração. Mato Grosso que possui papel de destaque nas exportações do setor agropecuário nacional e, inserido na dinâmica produtiva do agronegócio tem interesse em ampliar as relações comerciais em direção ao eixo Brasil-Pacífico no momento primordial para o fortalecimento dos mercados regionais.

Nessa perspectiva, o presente estudo busca nas comunidades brasileiras e bolivianas, em uma área delimitada da fronteira, aspectos diferentes e pontos

comuns, sustentados por dados estatísticos, bem como, nas informações obtidas nos trabalhos de campo. Considerando no contexto, que, essas comunidades localizam-se as margens da rodovia bioceânica, presente em um trecho do eixo não prioritário nos projetos de infra-estrutura da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana - IIRSA e, que, mantêm um fluxo ainda pouco importante de Cuiabá à Santa Cruz de la Sierra, condição que limita a proposta de maior integração regional por esse eixo, pela dificuldade de integração física, diante da inexistência de infra-estrutura.

Diante desses aspectos, autoridades e comerciantes mato-grossenses, acenam pra a proposição de um corredor de exportação nessa área em direção aos portos do Pacífico, que contam com um potencial, ainda, muito grande. Além das commodities do centro-oeste, que, poderia ser escoado por esse eixo, possibilita, também, a diminuição, substancialmente, da distância do mercado brasileiro, com o maior mercado consumidor do mundo e, também, do maior parque tecnológico do planeta. Nunes e Souza Higa (2006).

O espaço da fronteira e suas implicações no processo de integração regional

A faixa de fronteira caracteriza-se como terras contínuas à linha do limite internacional envolvendo uma faixa de 150 quilômetros de largura a partir da linha fronteira dos respectivos territórios nacionais.

A fronteira sempre foi vista de forma institucional, como um marco divisório, área de segurança nacional, onde as áreas militarizadas são mais freqüentes. Nesse contexto, não se considera a porosidade apresentada nesse espaço.

Machado (1998, 128), faz considerações a respeito das diferenças entre fronteiras e limites. Onde a mesma coloca que:

[...] a fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do Estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o limite não está ligada a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, freqüentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira. Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente da

preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação. Por outro lado, enquanto a fronteira pode ser um fator de integração, na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais.

Diante da perspectiva de perceber a fronteira como um divisor, na visão do poder, perde o sentido a porosidade apresentada nesse espaço, diante do sentimento de pertencimento do lugar, o que cria territorialidades dentro do território que deixa de ser nacional e passa a ser local, situação está figurada nas cidades-gêmeas.

Becker (1998, 62), enfatiza esse contexto das fronteiras, por ser um espaço dinâmico e contraditório, e que nessa perspectiva deixa de ser apenas "[...] *franjas do mapa [...]*", onde a linha divisória deixa de ser simplesmente "[...] *limites espaciais, demográficos e econômicos [...]*" de um determinado grupo.

Moreira da Costa (2006, 129), afirma que:

Os critérios adotados de análise objetiva e subjetiva ao ambiente fronteiro derivam de um filtro histórico-cultural e das experiências individuais e coletivas das pessoas que ocupam esse espaço.

A introdução do conceito de região de fronteira como foco de análise, abandona a concepção horizontal de perceber esse espaço, o limite, concepção territorial do poder do Estado é visto somente como um marco divisório, o novo conceito remete a um espaço de interações sociais e econômicas.

Seguindo essas proposições observa-se que o a partir das ações estabelecidas no território, este apresenta múltiplas situações, propondo identificação diante da referência relacional posta. Nesse sentido Haesbaert (1995, 85.), corrobora essa indicação a respeito do território.

O território tem uma dupla face: é um espaço dominado ou apropriado com um sentido político, mas também apropriado simbolicamente, onde as relações sociais produzem ou fortalecem uma identidade utilizando-se do espaço como referência. Neste sentido, a dupla dimensão do território, cultural e político-disciplinar pode estar conjugada, reforçada ou ainda contradita, devendo ser analisada de acordo com as formas e a intensidade com que se apresenta a relação entre a dimensão material (político-econômica) e a dimensão imaterial (simbólico-cultural).

Nesse sentido, o autor apresenta as contra-posições diante das relações estabelecidas no território e, principalmente, no que tange a área fronteira, a proximidade, que, atua como componente de produção desse território, converge na necessidade de políticas integracionistas e, que, concomitante a esse processo, necessita considerar as particularidades locais.

A extensa fronteira seca, que mais une que separa o Brasil da Bolívia, pela falta de uma barreira física é, também, sustentada pela dinâmica socioeconômica local. Esta imensa fronteira, cerca de 700 quilômetros, que, no caso de Mato Grosso é feita com o departamento de Santa Cruz na porção oriental boliviana, apesar de ser cortada por poucas estradas, oficialmente, reconhecidas, é permeada por inúmeros caminhos, que interligam fazendas e pequenas comunidades e, mantêm entre si, uma substancial conexão de sociabilidade. É por esses caminhos, onde são realizadas diversas atividades, como a realização das festas e do estabelecimento de uma base econômica local. Os caminhos citados nesse espaço fronteiro servem, também, para a proliferação de um poder paralelo as instituições de segurança nacional dos respectivos territórios, assim, esses caminhos servem, principalmente, para a prática do tráfico de drogas ilícitas, quanto, para o contrabando, oriundas da Bolívia e, em sentido contrário a passagem de produtos roubados, que, em território boliviano, constituem em moeda corrente. Essa dinâmica ilícita na fronteira o a população dessas comunidades, uma realidade de medo e impotência diante do empoderamento criminoso que essas quadrilhas dispõe.

Essa dinâmica criminosa é corriqueiramente praticada na fronteira de Mato Grosso no Brasil, com o Departamento de Santa Cruz na Bolívia e, também, é realidade em outras regiões fronteiriças. Assim, o aparato de segurança nesse espaço dispendo de dados de inteligência, se conforma em unidade de trabalho fronteiro, para as unidades policiais envolvidas no acordo, nessa perspectiva, o marco institucional deixa de existir e passa a conformar-se em uma região de atuação do aparato de segurança na fronteira.

Aspectos da rodovia: Cuiabá - Mato Grosso-Brasil à Santa Cruz de la Sierra - Bolívia

A rodovia que liga as cidades de Cuiabá -Mato Grosso no Brasil à Santa Cruz de la Sierra - Departamento de Santa Cruz na Bolívia, figura 1, dista 900 quilômetros, desses 400 quilômetros, encontram-se sem pavimentação ou asfáltica e infra-estruturas, além das dificuldades detectadas nas aduanas bolivianas, tanto para o tráfico de cargas, como, o de pessoas.

Fig 1

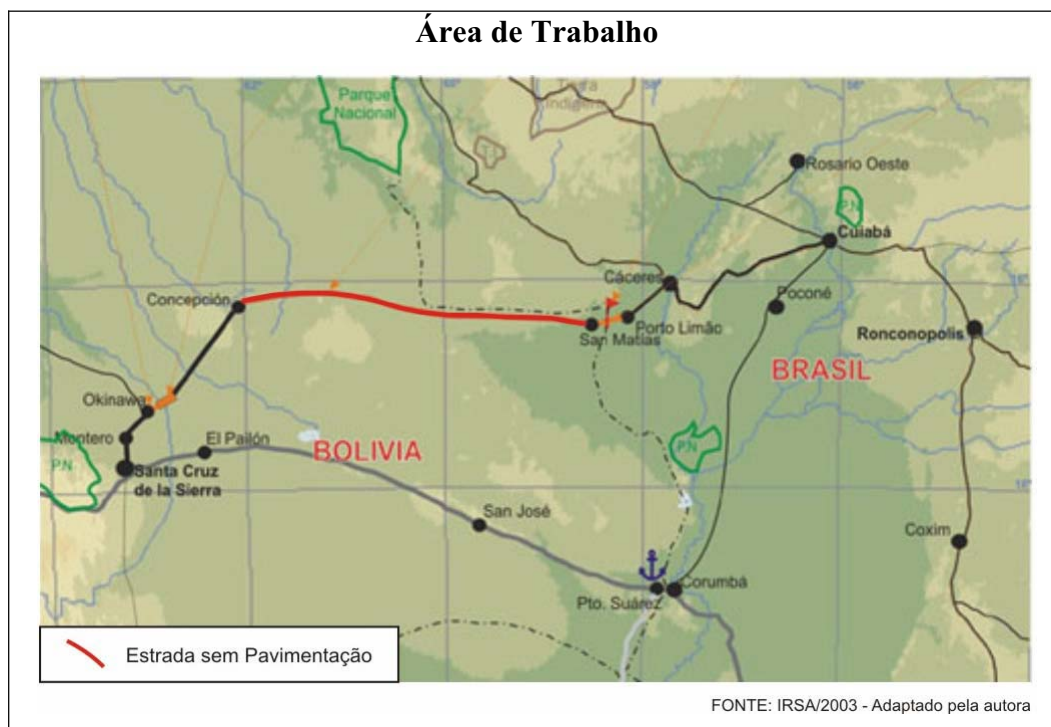


Figura 1: Trecho da rodovia bi-oceânica de Cuiabá-MT no Br à Santa Cruz de la Sierra-Departamento de Santa Cruz -Bolívia. Sem pavimentação da localidade da Corixa-Brasil/San Matias a Concepción-Bolívia.

A figura 1 mostra a rodovia que liga Cuiabá a Santa Cruz de la Sierra, ao qual constitui-se em sub-eixo da rodovia bioceânica - Porto de Santos no oceano Atlântico aos portos do oceano Pacífico, na costa sul-americana.

Segundo Melo (2005, 63), o Departamento de Santa Cruz, que está situado na parte oriental da Bolívia, contou, no século VIII, com as ações missionárias dos Jesuítas, que atuaram, sobretudo, na área reconhecida como Chiquitania, tendo como um dos principais objetivos conter a expansão do domínio Português.

A construção da estrada que liga Santa Cruz de la Sierra a Cochabamba, concluída nos meados do século XX, pois fim à condição de isolamento, em relação à La Paz, que marcou o oriente boliviano até esta data. Esta estrada proporcionou o

impulso no desenvolvimento da agropecuária e da economia do Departamento de Santa Cruz, que passou a destacar-se pela produção agropecuária e exploração de petróleo e gás natural.

Todos esses fatores contribuíram para tornar o Departamento de Santa Cruz o mais próspero da Bolívia. Ainda, Melo (2005), coloca que o vetor do desenvolvimento da economia está baseada na agropecuária de ponta e, a atividade agrícola de base monocultora, como a soja e a cana-de-açúcar, produção voltada para o mercado externo.

Segundo Melo (2005), o Estado de Mato Grosso, embora distante dos grandes centros industriais e, das decisões políticas, assume papel estratégico de grande importância no processo de integração continental, o que é assegurado pela sua posição geográfica no centro do continente. Além disto, o Estado, dado o desenvolvimento do setor do agronegócio, assume, também, grande importância no cenário mundial.

O processo de expansão do setor produtivo agro-exportador é extremamente seletivo, em relação às áreas que passam a integrar sua base de produção, sempre inserindo aqueles territórios que têm condições de responder mais rapidamente aos propósitos do capital. Desta forma, o território mato-grossense não tem sido inserido uniformemente no processo produtivo. Assim, algumas áreas se encontram intensamente ocupadas, enquanto outras, se encontram quase estagnadas.

No sudoeste mato-grossense, no território brasileiro, os municípios situados no espaço fronteiro, têm sua organização socioeconômica estruturada com base no sistema semi-intensivo, com predomínio da produção pecuária nos municípios pantaneiros. Nos demais município, fora dos domínios biogeográficos do pantanal, particularmente, nos chapadões, predomina a agricultura, praticada na modalidade de subsistência nas pequenas propriedades e posses e, de monocultura nas grandes propriedades.

As comunidades bolivianas distribuídas ao longo da rodovia que conecta Cáceres a San Ignacio de Velasco, diferem totalmente das comunidades brasileiras, principalmente, na organização social e econômica, o que é refletido na organização territorial. A forma espacial das comunidades brasileiras mostra a gestão individual e forma linear de ocupação, são donos da terra e o trabalho é realizado somente pela família ou por trabalhadores assalariados, quando há a possibilidade de contrata-los. Desta forma, os produtos colhidos são vendidos individualmente. Essa forma de

gestão, presente nas comunidades mato-grossenses da fronteira, não facilita a cooperação, nos moldes observada nas comunidades boliviana, onde predomina a realização das atividades produtivas no sistema comunitário, em que, todos participam do trabalho da produção e dividem o que produzem.

As comunidades da faixa de fronteira brasileira

Amaral (2005), afirma que territórios, como Cáceres, que em um passado recente alcançaram elevados níveis de produção, vêm continuamente perdendo vantagens comparativas tradicionais por não desenvolverem alternativas locais. Estas regiões podem ser indicadas como territórios potencialmente perdedores que tem retrocedido em sua capacidade competitiva. Informação está corroborada por COTRADE (2003).

Segundo Ferreira (2001), as primeiras décadas de ocupação colonizadora na área de fronteira, foram marcadas por medidas de controle e defesa territorial com a instalação de postos militares e barreiras alfandegárias e depois de registro de passagens no Rio Paraguai. O desenvolvimento desta burocracia levou a formação de Vila Maria do Paraguai

O município de Cáceres, em Mato Grosso, apresenta particularidades que o diferem dos demais municípios mato-grossenses fronteiriços. Este município possui condições especiais e estratégicas no processo de integração regional sul-americano, principalmente, como principal entrada da rota Brasil-Pacífico, no sub-eixo interoceânico citado, e também, por sediar um dos principais modais de escoamento. Cáceres em tempos remoto já demonstrava sua condição estratégica de território fronteiriço, que a princípio tinha como atributos a proteção e cobrança de passagem, hoje no atual estágio do capitalismo as perspectivas são outras, visando à integração, como condição natural e necessária.

Cáceres está situado na microrregião do Alto Pantanal com área de 24.713 quilômetros quadrado, caracteriza-se pela baixa densidade demográfica, que é de 3.47 habitantes por quilômetros quadrado. O Município de Cáceres tem sua base econômica estruturada na pecuária voltada para o mercado agro-exportador.

Segundo dados do SEPLAN (2004, 686), Cáceres ocupa o primeiro lugar como maior rebanho bovino, do Estado de Mato Grosso.

Esse município não possui características de inserção no sistema produtivo para as pequenas propriedades, condição está apresentada pela dinâmica climática do pantanal. No entanto, em entrevistas com representantes do governo municipal no ano de 2005, segundo informações relatadas na entrevista, o município contava com 19 acampamentos e como indica outros dados colhidos em outros órgãos oficiais, Cáceres possui assentamentos institucionalizados.

Segundo a SEPLAN (2004, 679), o município de Cáceres ocupa o terceiro lugar com maior número de projetos de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e também os destinados ao Movimento dos Sem Terra - MST, em Mato Grosso até 2003, conforme mostra a figura 2.

Fig 2



Figura 2: Cartograma que evidência os seis municípios com maior número de projetos de assentamento.

Fonte: SEPLAN, 2004 (modificado por NUNES, M. A.).

Cáceres figura também, como o segundo município com maior número de famílias beneficiadas pelos projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e destinados ao Movimento dos Sem Terra - MST, em MT/2003. SEPLAN (2004, 679). São 883 famílias beneficiadas pelos

projetos de assentamento, enquanto a primeira posição é ocupada pelo município de Tangará da Serra que conta com 900 famílias beneficiadas.

A localidade denominada de porto do Limão as margens do Rio Jauru, consiste em um pequeno povoado, e sua dinâmica comercial se deve a uma parada de ônibus, e também eventualmente atende a pessoas que estão de passagem por essa localidade para compra venda de produtos gerais de armazém, está presente também, a agricultura de subsistência. De modo geral, nessa região predomina as grandes propriedades.

Na rodovia que liga Porto do Limão a Corixa na fronteira com a Bolívia, há vários assentamentos provenientes antigas ocupações da organização MST e, que, através da intervenção estatal atualmente são comunidades de famílias assentadas, onde, a condição fundiária se dá em bases de propriedade privada. As residências conta com financiamentos estatais e todas são de alvenaria e para os lotes são destinadas outras modalidades de financiamentos que envolvem a atividade agropecuária. Essa proposição inviabiliza a propriedade do imóvel, estes são alienados até a quitação do financiamento junto ao órgão financeiro.

Na figura 3, observa-se a predominância da população rural na década de 1950, em Cáceres, o mesmo é observado nas décadas seguinte, 1960 e 1970. Na década de 1970, os dados evidência uma evolução demográfica no decênio, sendo que a população total do município passa de pouco mais de 20.000 habitantes, para mais de 80.000 habitantes, IBGE (2000), como mostra a figura 3, observando que a presença de população na cidade continua percentualmente pequena em relação a rural. Na década de 1980 estava feita a inflexão rural-urbana, processo que ocorre em todo Brasil, com a predominância da população urbana sobre a rural, com o advento da urbanização.

Fig 3

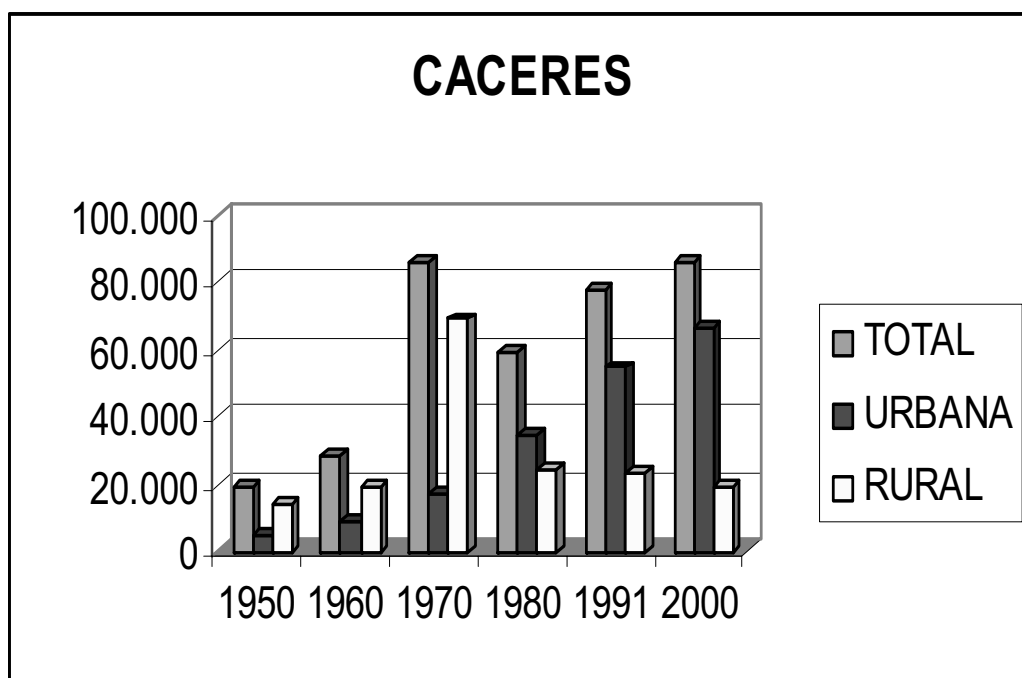


Figura 3: dados populacionais por décadas - 1950 a 2000.

Fonte: IBGE. Censos de 1950, 1960, 1970, 1980 1991 a 2000/ SEPLAM 2003 (elaborado por NUNES, M. A.).

No processo da urbanização brasileira os trabalhadores foram sendo expulsos pela mecanização do campo e pela busca de uma qualidade de vida através dos aparelhos públicos e serviços que a cidade oferece. No centro-oeste do Brasil, esse processo foi fomentado pelos programas de integração, a exemplo do Plano de Integração Nacional - PIN, uma tentativa de integrar as economias periféricas as áreas centrais do Brasil. Na década de 1970, Cáceres conta com uma grande população, num total de 85.699, nesse município, o que não corresponde na década de 80, que apresenta uma queda nesse período, os dados somam 59.067, isso é explicada pelo desmembramento de alguns municípios, e também pela divisão do Estado, onde há a perda de território e conseqüentemente de população. E no censo de 2000, realizado pelo IBGE, foi registrada uma população de 85.857, praticamente a mesma, registrado em 1970, na estimativa de 2004, dados fornecido pelo IBGE, foi registrado o número de 87.708 habitantes.

Comunidades da Faixa de Fronteira Boliviana

No Leste Boliviano, caracteriza-se pela baixa densidade demográfica, sendo, a Província de Jose Miguel de Velasco apresenta densidade demográfica de 0.87hab./km²; já a província de Angel Sandoval sustenta a densidade demográfica de 0.41hab/km². Ressalta-se que a província de Angel Sandoval apresenta a menor população do Departamento de Santa Cruz, com 13.073 habitantes.

Segundo dados do Plan de Uso de Suelos - PLUS, existe na região da Chiquitania um número aproximadamente de 314 comunidades indígenas, e que apresenta próxima de 8.000 famílias e 43.000 habitantes que [...] *ocupam alrededor de 730.000 ha., entre tierras dotadas legalmente mediante la ley de Reforma Agraria o en proceso de solicitud.*" PLUS (1996, p.25). Ressalta-se que mais de um terço dessas comunidades estão presentes na província de Velasco.

Segundo Justiniano (2004, p. 337 a 338), as comunidades situadas nas áreas antigas principalmente às regiões missionais, como San Ignacio de Velasco, têm uma estrutura religiosa e política muito tradicional. O que as diferem em parte da organização social, das áreas provindas da criação das unidades administrativas a partir da república a exemplo de San Matias, essas comunidades possuem uma estrutura mais aberta.

A organização socioeconômica das comunidades bolivianas situadas na faixa de fronteira oriental se estrutura na economia incipiente, baseada na agricultura de subsistência, pecuária extensiva, no extrativismo vegetal e, conforme o local, praticam também a caça e a pesca. Essa região figura como a mais pobre da Bolívia, diante da perspectiva econômica e social, como explicita Moreira da Costa:

A população que habita a faixa de fronteira é extremamente pobre e, em sua maioria, formada por índios Chiquitano que vivem em comunidades de origem indígena ou em pequenas cidades. Moreira da Costa (2006, 127).

As comunidades rurais bolivianas apresentam aspectos urbanos, enquanto no Brasil espaço rural e urbano apresenta estrutura totalmente diferenciada. Os municípios bolivianos contam com uma quantidade significativa de comunidades, citando a província de Angel Sandoval conta com uma mais de 20 comunidades e o

município de San Ignacio de Velasco, na província de Velasco conta com mais de 40 comunidades.

A organização espacial dessas comunidades obedece à forma quadricular, uma praça no centro desse espaço e, principalmente, com uma grande cruz de madeira no centro e, no mesmo espaço uma pequena igreja, geralmente, em frente à praça. Os aparelhos públicos disponíveis para a comunidade, ocupam a proximidade ou mesmo o entorno da praça, que, é ponto espacial de referência nas cidades da Chiquitania. Essas comunidades são compostas de uma quantidade variada de famílias, que podem variar de 10 até 140 famílias.

A cidade boliviana mais próxima da fronteira brasileira é San Matias, está situado a 10 km do marco de fronteira, único município da província de Angel Sandoval, cuja área conta com 13.073 habitantes INE (2001). A taxa de crescimento inter censo 1992-2001 da província foi de 2,2% e apresentou diminuição na população radicada na área rural de 64,0% em 1992 para 58,9% em 2001 INE, (2001).

Segundo dados do INE, na publicação "*Estatística e Indicadores Sociodemográficos, Productivos y financieros por municipio*" *Bolivia* (2005), a população de Angel Sandoval apresenta 85,1% incidência de pobreza e 24,3% dessa população em situação de pobreza severa, sendo que nos indicadores de pobreza extrema, 54,9% da população apresenta essa situação.

Os indicadores de emprego de Angel Sandoval em 2001 apontam para a seguinte situação, em população com idade de trabalhar de 10 anos ou mais é de 8.664, sendo que a população ocupada figura em 4.194 pessoas, desse número de pessoas ocupadas por categoria ocupacional, 47% delas trabalham por conta própria ou para familiares sem remuneração, assalariados figuram em 40%, e 12% estão em outras categorias profissionais. Por ramo de atividade, 41% estão no ramo agropecuário, 6% presentes na indústria e 10% estão no comércio, em outras atividades econômicas e serviços estão 43% da população, INE (2005).

A unidade municipal de San Ignacio de Velasco pertencente à província de Velasco dista da fronteira mato-grossense a 315 quilômetros, sendo o acesso pela rodovia bioceânica, sem pavimentação asfáltica. O município conta com 41.412 habitantes INE (2001), tendo como população projetada em 2004 de 45.187 habitantes INE (2005). A taxa de crescimento inter censos (1992-2001) foi de 2,9% e

apresentou diminuição na população rural no mesmo período, em 1992 era de 60,2% em 2001 caiu para 53,2% INE (2001).

O INE (2005), aponta que o município de San Ignacio de Velasco apresenta 89,0% incidência de pobreza e 28,4% dessa população em situação de pobreza severa, sendo que nos indicadores de pobreza extrema, 61,0% da população apresenta essa situação.

Os indicadores de emprego de San Ignacio de Velasco em 2001 apontam para a seguinte situação, em população com idade de trabalhar de 10 anos ou mais é de 26.681, sendo que a população ocupada figura em 12.657 pessoas, desse número de pessoas ocupadas por categoria ocupacional, 48% delas trabalham por conta própria ou para familiares sem remuneração, assalariados figuram em 36%, e 16% estão em outras categorias profissionais. Por ramo de atividade, 40% estão no ramo agropecuário, 10% presentes na indústria e 10% estão no comércio, em outras atividades econômicas e serviços estão 39% da população, INE (2005). O município de San Ignacio de Velasco município do Chaco boliviano está situado na área mais seca da Chiquitania, apresenta índices pluviométricos entre 500mm e 700mm anuais nos variados pontos dessa área.

Os dados apresentados mostram a estrutura social da província de Angel Sandoval na sua única unidade municipal San Matias, e no município de San Ignacio de Velasco, que, apresentam números semelhantes, como, alto grau de desemprego e de pessoas ainda na atividade primária, além do alto índice de natalidade que correspondem a 5,8 e 6,5 crianças por mulher respectivamente INE (2005).

As comunidades dispostas ao longo da rodovia bi-oceânica, a partir da linha de fronteira, no território boliviano São:

San Jose de la frontera; San Matias; Belén; Mutum; Los Bugres; Santa Rita; Las Petas; Callabeco; Ascención; San Bartolo; Las Mercedes; San Vicente; Espiritu; San Nicolas; Monterrey; San Ignacio de Velasco.

As comunidades bolivianas são batizadas com nomes de santos que invocam e veneram, também, mantêm dos povoados provenientes das reduções jesuíticas quatro elementos: a praça, a cruz de madeira, a igreja e o cemitério, elementos estes presentes nas comunidades. Segundo Justiniano (2004, 342):

En las aldeas comunales, en torno a un espacio abierto cuadrático, a manera de plaza, en cuyo centro esta clavada una gran cruz de

madera, se alcanzan las casas de los comunarios, ubicadas a distancias irregulares, que van desde unos pocos metros hasta alguno cientos correspondiendo generalmente a parientes las que están más cercanas entre si.

Diante das condições de vida que essas comunidade apresentam, a igreja desenvolve projetos com o intento de envolver essas comunidades em atividades que gera e dinamize a renda para essa população. Dentre estes projetos, destaca-se os oriundos das parcerias estabelecidas entre as Prefeituras e a Igreja Católica, dos municípios Chiquitanos, que, têm estimulado e apoiadas à prática agrícola e pecuária com a adoção de técnicas de manejo adequadas para a área. Ressalta-se a importância dessa proposição devido à seca rigorosa em que parte considerável da área apresenta, com exceção da porção pantaneira e amazônica.

Considerações finais

A área de trabalho apresenta particularidades espaciais diferenciadas entre os dois países. As comunidades brasileiras diferem totalmente das comunidades bolivianas, tanto, nos aspectos econômicos, sociais e territoriais. As comunidades rurais brasileiras têm condição fundiária baseada na estrutura de propriedade particular, tanto que as áreas são denominadas de propriedades.

Nas áreas rurais boliviana, a denominação é de comunidade, tendo em sua própria formação uma configuração de comum, sendo os espaços sociais e comuns a todos, a disposição territorial propõe essa condição, tanto que na porção da área de trabalho que compreende a parte boliviana o número dessas comunidades é muito maior que na parte brasileira. Na estrutura fundiária, comumente não são donos da terra, os lotes são destinados às famílias e a produção em parte é particular, uma parte é comum a todos, assim como os açudes os rios entre outros bens naturais que está nas cercanias da comunidade.

Os dados estatísticos apresentam ainda um maior distanciamento entre as comunidades brasileiras e bolivianas. Enquanto, na parte boliviana apresenta maior número de população rural, o que representa maior número de pessoas no primeiro setor da economia, o alto índice de natalidade, o alto índice de pobreza, cerca de 80% da população em estado de pobreza, caso das duas unidades municipais pesquisada. Todas essas condições superadas em parte pelo território brasileiro.

Diante das informações colhidas nos respectivos territórios, boliviano e brasileiro, na área pesquisada, impossibilita a proposta do trabalho em comparar as comunidades que caminham em pólos diferentes, diante das políticas públicas destinadas a seus respectivos territórios nacionais.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Álvaro Lucas. (2005). A questão regional urbana sob a ótica das desigualdades territoriais. Editora UNEMAT - Cáceres-MT, 2005.

BECKER, Berta K. (1988). **Significância Contemporânea da Fronteira**. In. AUBERTIN, Catherine (org.). Brasília. Ed. Unb, 1988.

COTRADE: **Desigualdades regionais em Mato Grosso/COTRADE** (2003) – Cooperativa Mista de Trabalho Multidisciplinar, Cuiabá: Assembléia Legislativa, 2003.

FERREIRA. J. C. Vicente. (2001). **Mato Grosso e seus Municípios**. Secretaria do Estado de Educação. 2001.

HAESBAERT, Rogério. (1995). **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, Iná Elias de (org.). et al. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

IBGE, **Censo Demográfico: dados distritais**/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. RJ: IBGE, 2000.

IBGE, **Censo Demográfico: dados distritais**/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. RJ: IBGE, 1950 a 1991.

INE - Instituto Nacional de Estadística. **Anuário Estadístico 2004**, Bolívia, 2005.

INE -Instituto Nacional de Estadística. **Estatística e Indicadores Sociodemográficos, Productivos y financeiros por municipio**. Bolívia (2005).

INE - Instituto Nacional de Estadística. Bolívia, 2001. Disponível em <http://www.ine.gov.bo>. Visitado em 10.06.06.

JUSTINIANO, Oscar Tonelli. (2004). **Resenã histórica social y económica de la Chiquitania**. Santa Cruz de la Sierra: El Paris, 2004.

MACHADO, Lia Osório. (1998). **Limites, Fronteiras, Redes**. In T.M Strohaecker, A.Damiani, N.O.Schaffer, N.Bauth, V.S.Dutra (org.). et al. *Fronteiras e Espaço Global*, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MATO GROSSO. SEPLAN. (2004). **Anuário Estatístico de Mato Grosso – 2004**. Vol.26./Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. –Cuiabá: SEPLAN: Central de Texto, 2004.

MELO, Serafim Carvalho. (2005). **Mato Grosso no Centro Oeste Sul-Americano**. Cuiabá: UFMT, 2005.

MOREIRA DA COSTA, José Eduardo Fernandes. (2006). **A coroa do Mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano**. Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2006.

NUNES, Maria Aparecida e SOUZA HIGA, Tereza Cristina Cardoso de Souza. (2006). **A Rodovia Bi-oceânica no Contexto Sul-americano: Relação do Brasil com o Mercado Asiático**. In: Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco-AC: EdAGB, v.CD, 2006.

PLUS - **Memoria del Plan de Uso de Suelo del Departamento de Santa Cruz de la Sierra . Tierras Bajas del Este**. (1996). IP/GTZ. Santa Cruz de la Sierra, 1996.